

Relato de Experiência

DOI: 10.18554/cimeac.v9i1.3869

“NO SUMBE, OU É POEIRA OU É LAMA”: UM INVENTÁRIO DE MEMÓRIAS SOBRE MINHA EXPERIÊNCIA DE ENSINO EM ANGOLA

“IN THE SUMBE OR IT´S DUST OR IT´S MUD”: A BRIEFING OF MEMOIRS ON MY EXPERIENCE OF TEACHING IN ANGOLA

Milena Magalhães*

RESUMO: Neste texto, o uso da primeira pessoa justifica-se logo nas primeiras linhas. Misto de memórias e reflexões, busco traçar um percurso da minha experiência de ensino em Angola nos anos de 2018 e 2019, quando ministrei os Componentes Curriculares *Teoria da produção do texto literário* e *História da arte contemporânea*, no Mestrado em Ciências da Educação, no Instituto Superior de Ciências da Educação do Cuanza Sul, da Universidade Katyavala Bwila, no município do Sumbe. O texto existe como uma tentativa de compreender o que significa estar em outro país como professora. Parto do princípio que, mais do que sobre lugares, os relatos de viagem falam sobre nós mesmos, expondo as fraturas de nossos pensamentos que determinam as relações em sala de aula.

Palavras-chave: Angola; Ensino; Relato; Literatura; Artes.

ABSTRACT: In this text, the use of the first person is justified in the first lines. A mix of memories and reflections, I try to trace a course of my teaching experience in Angola in 2018 and 2019, when I taught the Curricular Components *Theory of literary text production* and *History of contemporary art*, in the Master's in Educational Sciences course, in the Superior Institute of Sciences of the Education of Cuanza Sul, of the University Katyavala Bwila, in the municipality of Sumbe. The text exists as an attempt to understand what it means to be in another country as a professor. I assume that, rather than being about places, travel accounts speak about ourselves, exposing the fractures of our thoughts that determine the relationships in the classroom.

Keywords: Angola; Teaching; Report; Literature; Arts.

* Doutorado em Teoria da Literatura pela Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (Unesp). Professora Associada da Universidade Federal do Sul da Bahia (UFSB) e coordenadora do Grupo de Pesquisa em Poética Brasileira Contemporânea. Contato: milena_guidio@yahoo.com.br

Ninguém poderá me contradizer seriamente se eu afirmar (ou subentender por elipse, sem tematizá-lo) que não escrevo um texto autobiográfico, mas um texto sobre a autobiografia, da qual este texto é um exemplo.

Jacques Derrida

Encontramo-nos no momento de trânsito em que espaço e tempo se cruzam para produzir figuras complexas de diferença e identidade, passado e presente, interior e exterior, inclusão e exclusão.

Homi K. Bhabha

A primeira vez que eu li sobre Angola foi em *Os cus de Judas*, de António Lobo Antunes, um dos romances mais importantes na minha formação de leitora. Pode-se dizer, então, que foi por meio de um saber indireto, de modo que a preposição “sobre” deve ser posta em reserva, como deveria ser quando se fala em literatura. Hoje, é possível que colocasse em questão o ponto de vista do narrador que, apesar de se insurgir tenazmente contra a guerra que o levou até ali, não pode deixar de ser aquilo que é: um médico a serviço do governo português. Embora revoltado e impotente diante de uma guerra que não reconhece como sua, a imagem que produz de Angola é de uma terra desolada no fim do mundo; como diz o título, [n]os cus de Judas. Mas, naquele tempo, o que ficou marcado em mim foi o modo soberbo com que o fluxo de consciência do narrador dá conta de demonstrar a espécie de loucura que toma conta de todos aqueles que participam de uma guerra em uma terra estranha, a ponto de essa loucura perdurar muitos anos depois desta ter findado.

Não sei se foi coincidência, ou se era um resquício de memória involuntária, mas o primeiro romance que li sobre Angola, quando soube que iria ministrar aulas de literatura naquele país, foi também sobre a guerra colonial, mas dessa vez de um escritor que estava do outro lado das trincheiras; no caso, *Mayombe*, de Pepetela. Esse olhar *de dentro* não é menos desolador, mas possui um veio épico que é de todo ausente em *Os cus de Judas*. Aqui, os guerrilheiros lutam por uma causa e sabem estar do lado certo da guerra. Isso não dirime os conflitos, mas, de certo modo, torna-os heróis.

Talvez por conta desse percurso, não me surpreende constatar que ainda é a guerra que compõe a grande narrativa de Angola. É dessa experiência do

trauma que se ocupam os homens e as mulheres quando precisam compor suas histórias. Porém o que têm a dizer sobre isso a uma estrangeira – e quem sabe a eles mesmos ante a força do silêncio que se impõe àqueles que viveram a experiência da guerra – evoca muito mais a pós-guerra, havendo agora, de modo geral, um misto de esperança e entusiasmo devido às recentes ações do novo presidente da República, que tomou posse em 2017, após 38 anos de governo do presidente anterior.

Se não fossem as orientações que nos são dadas antes de ir a um país do continente africano, eu poderia dizer que o conhecimento que tinha sobre o país derivava dos dois romances citados, o que fazia de mim um alvo fácil para a mistificação e tipificação tão próprias daqueles que visitam a África pela primeira vez. O fato de ter na memória duas narrativas pujantes sobre Angola não me isentava do desconhecimento de sua história; algo que somente fui compreender dois anos depois, na minha segunda viagem, ao ouvir o relato de um soldado da guerra. Sem ter conhecimento profundo nem da guerra propriamente dita, nem da sua efetiva participação, fiz uma pergunta errada ao meu interlocutor e ele me respondeu: “Vivia-se naquele tempo. Casávamos. Tínhamos filhos. A vida não parava”.

Apesar da partilha da língua portuguesa, essa língua que é e não é a nossa, uma sentença irrevogável como esta exprime bem a minha condição de estrangeira em Angola. Apesar dos grandes índices de violência urbana e do baixo desenvolvimento econômico de alguns de seus Estados, o Brasil não tem histórico de guerra civil. A própria memória do colonialismo, após quase dois séculos de independência, contra os 43 anos de Angola, tende a se aquiescer. Também não é fácil mensurar que, dos 43 anos de independência do jugo colonial, mais de vinte anos tenham transcorrido com o país imerso em uma guerra civil. Assim, embora tenhamos construído, nas últimas décadas, um histórico de *redescobrimto* do continente africano, fortemente enraizado na valorização da arte, da cultura e da literatura, com importantes centros de estudos e pesquisas nas Universidades brasileiras, ainda nos é difícil equalizar qualquer experiência.

Tendo desenvolvido uma autocensura elevada desde a primeira vez em Angola, em maio de 2018, somente pude reconhecer a *diferença* desse país na minha segunda viagem, um ano depois. Na primeira, eu fui por demais carregada da minha própria história de nordestina nascida no interior do Ceará. Assombrada com o que percebia como acobertamento planejado da própria situação de pobreza daqueles que emigravam desse Estado para qualquer outro mais desenvolvido, como São Paulo, ou que passara por um *boom* de desenvolvimento, como Rondônia, para onde eu havia ido no início dos anos 1990, eu decidira há quase trinta anos que não esconder minha origem era tanto uma forma de expurgar as dores da infância como de reafirmar a minha travessia.

Essa autoafirmação me fez construir meu Saara individual, ora carregando, ora amainando as *tintas* da situação socioeconômica de meu Estado de nascença. Foi essa tenacidade em não estabelecer uma outridade que me permitiu ver pouco de Angola. Causam-me certo constrangimento alguns estudos críticos que, no afã de exercer uma militância, usam o tom elevado da denúncia, como se vivenciassem uma situação totalmente distinta. Por isso, coloquei-me de antemão na própria situação de *falta* dos romances lidos, das orientações recebidas, como se, independentemente do que ocorresse em Angola, eu deveria lembrar que carregava comigo histórias resultantes das desigualdades sociais, econômicas, além do preconceito racial do Brasil. A espécie de vigilância a que me infligi tinha como propósito, como já dito, distanciar-me da espetacularização dos relatos, da comiseração tantas vezes oportuna, da idealização falsa, que parecem surgir involuntariamente na fala de quem narra esse tipo de experiência. A minha principal questão derivava, portanto, de uma preocupação: que corpo devemos ter quando vamos trabalhar em outro país? A resposta, à época, me fez buscar um corpo pensante, na tentativa de afastar qualquer forma de estereotipia. Porém, como fazê-lo? Adquirir um olho calejado, menos afeito ao espanto? Mas isso não seria a própria negação do afeto, justamente o que havia me conduzido até então nas minhas experiências de viagem, relacionadas ou não a trabalho? Esperava resolver essa questão, em 2018, me concentrando na experiência de ensino. Com isso,

almejava tratar de algo que, à época, me parecia insolúvel. Tendo me mudado, há três anos, para uma universidade cujo modelo de ensino é diverso do paradigma da maioria das universidades brasileiras, sentia-me extremamente desmotivada, com a sensação de que havia abandonado uma experiência exitosa como professora e pesquisadora da área de literatura para fazer parte de um experimento no qual eu não me encontrava. Desgarrada do que havia me constituído até então como docente do ensino superior, do grupo de pesquisa que havia ajudado a solidificar, das minhas áreas de interesse, e vivendo há um ano o luto da morte de meu irmão, havia em mim o mais completo sentimento de ruína.

Vejo hoje que a recusa de me aproximar desse lugar-outro relacionava-se também com esse estado de coisas. Havia um recuo que me impedia de fazer a passagem das fronteiras para reconhecer o que havia de diferente entre um país e outro. Os moradores do município do Sumbe, província de Cuanza Sul, a 330 km de Luanda, capital de Angola, onde ministro, com um grupo de professores de várias universidades brasileiras¹, aulas no Mestrado em Ciências da Educação, na Universidade Katyavala Bwila, costumam proferir um frase quando se referem a esta: “no Sumbe, ou é poeira ou é lama”, fazendo alusão à situação das ruas nos meses de estio e de chuva. De fato, nos meses de maio e junho, uma poeira fina encobre a cidade, dando-lhe uma cor terrosa que toma conta de tudo. Grupos de mulheres varrem as ruas, com suas vassouras caseiras, e os passantes não parecem se incomodar com aquele ar avermelhado que se solidifica nas roupas e no suor dos corpos. Os enormes buracos e as marcas petrificadas dos pneus deixam adivinhar o lamaçal que há pouco estava ali. O número relativamente elevado de automóveis de grande porte, para quem tem condições de comprá-los, também é um índice da situação das estradas e ruas da cidade.

Enquanto caminhava por aquelas ruas, admirada com as longas distâncias percorridas pelos angolanos – impressão que me foi confirmada por algumas pessoas –, lembrava-me das minhas grandes distâncias na areia fina e

¹ Dentre elas a Universidade Federal do Triângulo Mineiro, a Universidade de São Paulo, a Universidade Federal do Rio Grande do Norte e a Universidade Federal da Bahia.

escaldante da cidade da minha infância, ao meio-dia em ponto, quando voltava a pé da escola, com meu irmão, há tão pouco tempo morto. Ou lembrava das enormes placas de lama que grudavam nos sapatos quando se caminhava em algumas ruas de Porto Velho, estado de Rondônia, em meados dos anos 1990. Ali também se podia facilmente proferir o ditado tantas vezes repetido em Sumbe, como uma espécie de desculpas antecipadas a nós, estrangeiros. Esse tipo de associação que fiz quando estive em Angola pela primeira vez me parece hoje, como na música de Adriana Calcanhoto e Antonio Cicero, a composição de um “...olhar blasé/ que não só/ já viu quase tudo/ mas acha tudo tão *déjà vu* mesmo antes de ver”. É verdade que não se tratava exatamente de um olhar *blasé*, mas de um olhar enlutado, atingida por sentimentos que diziam respeito tanto ao que ali ocorria quanto ao que fazia parte de minha história pessoal. Uma das poucas vezes que saí desse estado de torpor foi quando fui ao bairro dos pescadores, um aglomerado de casebres construídos na areia da praia, que se impuseram como algo da ordem do nunca visto. Não que no Brasil não haja construções similares, com a mesma precariedade. Os bairros de palafitas de Recife, Salvador ou Manaus são os exemplos mais rumorosos de tipos de moradia precarizadas. No município do Sumbe, construídas a poucos metros da água do mar, nas casas feitas de barro, latão, palha ou lona, vivem centenas de família ligadas à pesca, geralmente empregadas em alguma empresa, ocupando diversas funções: puxador de corda, escalador, vendedor, responsável pela salga, armazenador.

No primeiro momento, tive um grande sobressalto diante do que me pareceu ser a mais precária forma de vida já presenciada, e a visão das crianças fazendo as necessidades ao ar livre me atormentou por dias inteiros. A noção de casa me pareceu estar totalmente desprovida dos valores a que eu me remetia quando pensava em morada. Voltei a mesma comunidade somente em 2019, quando retornei várias vezes para acompanhar o dia-a-dia e colher o depoimento daquela que me foi apresentada como a liderança feminina do local, a senhora Clementina Domingos². No registro bruto do vídeo, chega a ser constrangedor o

² Em 2019, além de ministrar as aulas, desenvolvi o projeto “Respeite minha história”, que consiste em colher depoimentos de pessoas, partindo do pressuposto de que toda pessoa tem

modo como não consigo reagir diante daquela que, sem que ela soubesse, fazia com que me defrontasse com algo para além de minha história e, ao mesmo tempo, com um sentimento grande de pertencimento àquele local, não como se eu já tivesse vivido ali ou experienciado um cotidiano semelhante. Tina, como é chamada pelas amigas, mostrava-me, finalmente, a *dessemelhança dos semelhantes*, se assim posso dizer sem incorrer na espetacularização do assombro a que aludi anteriormente.

De modo similar como me afirmara pouco antes Francisco, professor de História da Universidade Katyavala Bwila, em seu depoimento sobre a guerra, também ali, onde o meu olhar de estrangeira havia visto apenas precarização, constatei que se vivia. Ali também a vida não para. As pessoas amam, casam, têm filhos, separam, fazem festas, guardam o domingo e os dias santos e, ao contrário do que inicialmente imaginara, não vivem na indigência absoluta, pois estão naquele lugar justamente por causa dos empregos derivados da pesca. Um estudo detalhado revelaria, sem dúvida, a exploração que constitui as bases da relação empregador-empregado, que encontra ali níveis abissais. Porém, nesse primeiro momento, tal informação me foi escamoteada; e eu decidi respeitar. O que foi dito por Tina e suas companheiras de trabalho é que dali retiram o seu sustento e, com este, podem mandar os filhos à escola. Sentem orgulho suficiente a ponto de fazerem pose enquanto eu as fotografo no exercício de seus ofícios. Como disse em outro momento: *foi o sol. ou calha de ter sido mesmo o nunca-visto* – outro modo de dizer do desconcerto desse encontro, que passou a gerir, até mesmo antes de acontecer, as minhas outras vivências em Angola.

A razão por que passei do abalo à sensação de pertencimento deriva do passo que eu havia me recusado, sem perceber, a dar, permitindo-me, enfim, deixar meus rastros. Ou seja, ao ultrapassar a fronteira e passar a viver em Angola, estabeleci um *problema*, comprometendo a minha individualidade, a minha identidade, com esse passo. Ao relacionar o peixe que nos era servido no

uma história digna de ser contada. Os produtos resultantes do projeto estarão disponíveis no endereço:

https://www.respeiteminhahistoria.net/historias?fbclid=IwAR14CkFFPIwVT1dYanGgQjSjtr6rhJ8OzYA9luJpnSqm1XI_aH221EdwJDc

hotel àqueles gestos cotidianos, encontrando ali o normal de todo dia, pude me misturar com aquele alarido: o puxar das cordas, a retirada da rede de pesca do mar, a escalada dos peixes, a lavagem, a exposição ao sol nas tarimbas, a salga. Evidentemente, a passagem nunca é completa: continuei sendo a professora fotógrafa fazendo um trabalho para a universidade; e os gritos de Tina me defendendo daqueles que me viam como intrusa demarcam bem essa intransponibilidade.

Estabelecer um *problema* significa riscar a indiferença, reconhecer-se e reconhecer o outro, atentar para a língua do outro, sem deixar jamais de ter a sua como própria, sendo isso uma forma de sobrevivência no país estrangeiro. Não falo do aprendizado de uma ou mais das várias línguas que coabitam em Angola. Essas continuam sendo inacessíveis para mim. Falo desse rumor que existe entre uma língua e outra, entre uma cultura e outra, que possibilita o diálogo, ainda que seja fácil impor rapidamente o desentendimento, como fazia Tina ao falar em quimbundo³ com suas companheiras quando não queria que eu entendesse o que estava sendo dito.

Ao nomear o movimento de passagem, dei-me conta de que a experiência de ensino já havia sido contaminada por essa disposição de ouvir o outro, desde a primeira viagem, tendo o programa de ensino dado a vez a inúmeras conversas sobre as diferenças entre Brasil e Angola. Ao criar o primeiro curso, a partir da ementa intitulada “Teoria da produção de textos literários”, enviada pela coordenação do Mestrado, busquei mesclar a teoria com diversos exercícios de criação textual, fazendo, ainda, a opção, pelo uso de literatura de autoria feminina ou sobre mulheres. O primeiro abalo no programa aconteceu logo no início, quando constatei que, ao contrário do que ocorre no Brasil, a maioria dos alunos era homem. De um grupo de 17 estudantes, apenas quatro eram mulheres, obrigando-me a uma redefinição nas expectativas. No estabelecimento do meu lugar de fala, como estrangeira, mulher, professora (mais tarde, acrescentaram a palavra feminista), reconhecemos que havia, entre nós, uma diferença fundante e, por isso, tanto quanto desenvolver os temas do

³ Quimbundo é uma das línguas nacionais de Angola, sendo uma das mais faladas, principalmente pelas pessoas mais velhas. Existem movimentos de resistência que luta para que esta e outras línguas façam parte do currículo das escolas.

componente curricular, constituiu-se, naturalmente, uma cena de muita partilha, o que não impediu que houvesse estranhamento sobre o que era dito por mim e o que diziam os estudantes homens e as estudantes mulheres.

De posse do conhecimento da história e da cultura do país, em vários momentos, as alunas e os alunos mediaram a interpretação dos textos a partir do que compreendem como o lugar complexo ocupado pela mulher em Angola⁴. O ISCED é uma das unidades da Universidade Katyavala Bwila, instituição pública, subsidiada pelo Ministério da Educação da República de Angola. Na política pública educacional do país, a pós-graduação é paga, havendo um número de bolsas distribuídas para os estudantes. Sem saber quantos serão contemplados, inscreve-se quem tem condições financeiras para pagar as mensalidades; na maioria, homens. Assim, embora haja um número elevado de professoras, são os homens, nem sempre professores, que dão continuidade aos estudos mais facilmente.

A não garantia de direito à educação gratuita e de qualidade atinge mais as mulheres, apontando o quanto é difícil para elas furarem o cerco dos privilégios dados aos homens. Embora as discussões tenham sido inspiradoras, a diferença numérica entre homens e mulheres alterou consideravelmente as perspectivas. E não apenas. Pensando no tempo da guerra, anotei em meu caderno que ainda não havia tido tempo dos debates sobre gênero serem discurso em Angola. Isso não quer dizer que, no microscópio do curso, as mulheres não sejam críticas ao que identificam como machismo, considerando que romperam, apenas em parte, essa estrutura social solidificada. Na mediação, fiz um histórico sobre o presente das lutas feministas no Brasil, ressaltando, entretanto, os dilemas enfrentados, num momento em que coabitam muitos avanços ao lado de profundos retrocessos. O cuidado, mais uma vez, residia em não me transformar em um ícone do feminismo vindo de um país visto como avançado nesses temas, o que foi bastante difícil, pois o fato de estar tão longe de casa e afirmar que havia deixado o filho de oito anos aos cuidados do pai me transformava imediatamente em uma espécie rara. Como tenho feito

⁴ Não tenho dados quantitativos e qualitativos para fazer uma análise geral sobre a condição da mulher angolana, de modo que os comentários feitos neste texto relacionam-se às impressões que desenvolvemos coletivamente nas 60 horas de aula.

sempre no Brasil, quando a minha condição se impõe como exemplar, lembrei que ainda há boa parte das mulheres que não consegue autonomia profissional para se compor com independência afetiva e econômica.

Essas questões foram suscitadas pelo uso nas aulas de livros de perfis de mulheres, como *As cientistas: cinquenta mulheres que mudaram o mundo* (2017) e *Extraordinárias: mulheres que revolucionaram o Brasil* (2017). Percebe-se que é mais fácil coadunar com a realização profissional, por fazerem parte dela, do que questionar os costumes que fazem da mulher a responsável pelo cuidado da casa e da criação dos filhos, o que gera muitas controvérsias, havendo bastante dificuldade na defesa de uma posição contrária a essa. A força da tradição faz com que as mulheres considerem que esses lugares são inatingíveis e, mesmo, necessários para o equilíbrio familiar.

Do mesmo modo, textos como *Mulheres e ficção*, de Virginia Woolf, no qual a escritora aponta a dificuldade da mulher, devido ao regime de vida – estamos falando do fim do século XIX e início do XX –, de tornar-se escritora, junto com excertos do livro *O que é lugar de fala?*, de Djamila Ribeiro, reforçaram as tensões geradas pela reivindicação do lugar da mulher na sociedade, especialmente da mulher negra. O que surge daí é um misto de concordância e resignação – o processo de escrita da mulher é muito distinto do do homem ainda hoje – desde os espaços construídos nas casas, em que o escritório está quase sempre designado como espaço masculino. A história é feita basicamente pelos homens e sobre os homens; as mulheres foram aquelas que ficaram quando os homens foram para a guerra; a conciliação da profissão com as obrigações matrimoniais, que incluem o cuidado dos filhos, é sempre problemática – estas são frases que pude pincelar ditas não apenas pelas mulheres, mas também pelos homens.

A questão que gostaria de ter feito, mas a fiz apenas indiretamente por temor de não dar conta de sua complexidade, remetia à imagem das mulheres angolanas que passam o dia vendendo toda sorte de coisas nas ruas de Sumbe; que não é correlata à imagem dos homens, que realizam outro tipo de afazeres. Apesar de realizarem outros trabalhos nas ruas, como a função de mototaxista ou de cambista de moeda estrangeira, não oferecem ao viajante a imagem

emblemática: mulheres que passam o dia vendendo os mais variados produtos, carregando-os na cabeça em enormes vasilhames (baldes, bacias, cestos), com seus filhos nas costas. É um equilíbrio precário; meus olhos desacostumados demoram a compreender. A altivez são suas marcas visíveis. Raramente as vemos oferecer os produtos, como se bastasse o trânsito nas ruas, ou a parada estratégica em alguma calçada, geralmente em grupos, para que se realize o comércio informal. Será que doem as costas das mulheres que colocam seus filhos nas costas? Dói a cabeça com aquele peso todo? Será que doem as costas das mulheres que varrem as ruas com as vassouras sem cabo? E onde vivem as mulheres que passam o dia a vender com seus filhos nas costas? Quem cuida da casa quando elas estão nas ruas? Comecei a responder a essas perguntas, que seguem uma lógica feminina, apenas um ano depois, quando busquei, sem sucesso, fotografar o cotidiano dessas mulheres.

Nitidamente consequência da exclusão social, o comércio de rua é, às vezes, visto como sinal de vigor da economia. O fato de haver movimento de compra e venda comprovaria que há circulação de dinheiro entre a população de extrato social mais baixo, o que, muitas vezes, não há em outros países africanos. Quando ouvi essa explicação de um dos alunos do mestrado, ponderei que, por outro lado, esse tipo de comercialização de produtos constrói uma representação social de instabilidade econômica e da condição feminina subalternizada que as próprias mulheres parecem estar cientes. Dificilmente, quando impelidas, elas se sentem à vontade diante da curiosidade de nós, viajantes, em uma recusa nítida à estereotipia de suas imagens. Se no mercado popular de Luanda, encontramos esculturas de madeira que representam a mãe angolana com um filho nas costas e os produtos na cabeça, nas ruas elas não querem ser fotografadas, renegando a coisificação que poderia advir daí. Qualquer romantização de tal imagem afigura-se como um escamoteamento da exploração do trabalho a que estão sujeitas essas mulheres em função da classe, do gênero e da raça. A presença da criança indica a distância que estão de suas casas. Sem terem como deixar os filhos geralmente no período da amamentação e na idade em que ainda não vão à escola, trazem para passar o dia com elas. No país em que o Comitê da ONU para os direitos da criança

apontou que 38% das crianças menores de 5 anos sofrem de desnutrição crônica, é fácil compreender a atitude das mulheres de desencorajamento do uso de suas imagens. Em 2018, uma reportagem na televisão mostrava a dissuasão pelo governo dessa prática, devido ao fato de estas crianças apresentarem quadros maiores de desnutrição.

Tratar dessas questões em sala de aula revelou-se como uma dupla desnaturalização: da minha parte e da dos estudantes. O processo de invisibilização de alguns processos sociais dos quais os mestrandos não se inserem devido a sua condição social privilegiada, às vezes, gerava fortes divergências entre eles e era preciso intervir para fazer as correlações. Em uma aula cujo recorte era “Quem escreve?”, avaliamos as diferenças entre as imagens de homens e mulheres escritoras, sendo essa última constantemente posta à prova, desde os espaços físicos, onde convencionalmente a mulher é relacionada à cozinha e o homem ao escritório, até aos simbólicos, quando alunos homens, na formação de grupos, afirmam que as mulheres não têm tempo de realizar os trabalhos e, por isso, não querem participar do grupo em que elas estão. Trata-se, nesse raciocínio, de um processo de invisibilização a que está sujeita a mulher, independentemente da classe social. Fazer com que os estudantes percebam que a suposta falta de tempo da mulher é uma marca identitária imposta, sendo resultado das relações de poder que instituem os lugares de fala, é o maior desafio.

A constituição de um currículo oculto, a partir do material bibliográfico proposto, revelou que havia, não apenas da minha parte, a necessidade de compreender as mudanças culturais, com seus pontos de estagnação, que ocorrem, nesse momento, em Angola. No segundo Componente Curricular, ministrado em 2019, intitulado História da Arte Contemporânea, essas demandas estiveram menos presentes. A intenção anterior de concentrar um número grande de apontamentos para tratar das especificidades do componente funcionou dessa vez. Metodologicamente, incomoda-me o modo como tem se constituído o ensino de literatura e da arte no meio acadêmico, que pende cada vez mais para as questões identitárias, tratando como coisa menor o estudo das formas linguísticas. Interessa-me investigar qual é a via do meio. Isto é, de que

maneira as questões estruturais e conteudísticas devem ser abordadas. Não se trata de uma preocupação nova nem exclusiva. A crítica sociológica de Antonio Candido, fortemente marcada pela análise linguística, já comprova que esse debate, nos estudos literários, sempre esteve em pauta.

O que fazer, então, com um componente curricular como História da arte contemporânea? É um recorte perturbador, no mínimo, dada a sua dificuldade. As formas de abordagem da história deveriam passar pela discursividade constituída, que, de modo geral, aponta ter sido nesse momento que há um deslocamento da primazia da arte europeia para a norte-americana, ou eu poderia tratar somente das questões de autoria negra e as mudanças de paradigmas advindas daí, com a assunção de toda uma outra história de valorização da cultura da América Latina e da África, que estão hoje na base de qualquer discussão sobre arte contemporânea? Tomei a decisão de fazer uma leitura dos dois marcos iniciais, tratando de seus pontos cegos, seus traços de fissura. Sem deixar de defender uma desconstrução da história que traga à tona a violência da visão etnocêntrica, não me interessa tampouco apenas mudar de posição, como se fosse uma voltagem de energia. Apesar de toda a riqueza que havíamos instituído no ano anterior, eu sentia que havia ficado devendo um desenvolvimento mais apurado sobre os muitos significados que podem ser extraídos de um componente denominado Teoria da produção do texto literário. Nesse sentido, não me refiro apenas ao conteúdo, embora considere que a construção de um repertório seja crucial para qualquer entendimento de uma área. Pensava, sobretudo, nas disposições metodológicas que podem ser apresentadas para circundar a sala de aula como um espaço livre de associação de ideias.

O estudante angolano mostra-se geralmente muito respeitoso, com regras de conduta que não são mais reconhecidas na escola brasileira, como o gesto de se levantar da cadeira com a minha chegada ou me chamar de doutora. Nem sempre é fácil entender essa dinâmica na sala de aula e conseguir extrair daí um bom resultado. Se é preciso confessar que dar aula nessas condições é mais prazeroso, sem o descaso, a desatenção, costumeiros no Brasil, é também preciso dizer que esse modelo, cuja base é a transmissão de conteúdos, é

sustentado por uma concepção de educação que somente agora começa a questionar as formas de autoritarismo. Propor novas metodologias de ensino, cuja participação do estudante não se restrinja à cessão pelo professor do turno de fala, é dar nova configuração à sala de aula.

Por isso, no componente curricular de História da Arte Contemporânea, um dos meus objetivos foi fazê-los experimentar novas condutas, de modo que a cada dia houvesse algo a fazer diferente da escuta. Essa liberação dos corpos teve um efeito imprevisto, desfazendo em partes a impressão do rigor absoluto dos estudantes. Houve bastante dificuldade de concentração, por exemplo, quando tiveram que assistir a um documentário ou a um espetáculo de dança. Pareceu-me que a razão não estava na falta de interesse do que estava sendo visto, bastante interligado ao que estávamos estudando, mas à ausência de um corpo habituado à contemplação. Por outro lado, o desafio da produção escrita e mesmo artística, bem como a necessidade de analisá-las revelaram leituras muito finas sobre a situação da arte, da cultura e da educação angolanas.

Um dos exercícios foi solicitar que cada aluno fotografasse, com o celular, imagens que lhe fossem significativas e, destas, escolhesse três para apresentar aos colegas. De cada série de três, um seria escolhida, de modo que, no final, tivéssemos uma amostra visual dos interesses dos estudantes. As questões norteadoras da fala eram simples: “por que as fotografou?” “Por que escolheu estas três e não outras?”. Com a primeira, a intenção era refletir sobre as razões subjetivas da produção das imagens; com a segunda, especificar as estratégias de curadoria que decidem o que é visto, constituindo um enorme arquivo visível e outro invisível. Eu também apresentei três imagens de Sumbe do meu acervo pessoal: na primeira, um menino corre em um pátio de chão batido de uma escola; na segunda, um grupo de ciclistas está em primeiro plano, tendo o mar ao longe e, na terceira, uma onda molha um casal de namorados que está em cima de uma grande pedra à beira-mar. Expliquei-lhes que, apesar de morar em uma cidade litorânea, o mar de Angola, que muda de cor a cada hora do dia, misturando-se com a do céu, me fascinou desde o primeiro instante. Sobre a imagem do aluno no pátio, falei do impacto que foi a minha visita no ano anterior a duas escolas de educação básica. relatei como a minha história pessoal havia

contribuído para o que eu havia sentido ao ver as salas de aula de chão batido e, principalmente, por ter sabido que não havia distribuição gratuita de merenda escolar. Mais de uma pessoa havia me dito que não tinha certeza de sua importância, contando casos de falta de concentração que atribuíam à ansiedade pela comida.

Estas foram das poucas vezes que reagi energicamente contrária à fala de meus interlocutores, apostando na instabilidade das identidades, na mudança de mentalidades. As lutas pela cidadania plena exigem a insurgência, por exemplo, contra a difícil condição da mulher angolana, cujos indícios são vários, desde a sua presença vendendo mercadorias nas ruas até a persistência da poligamia. Porém, ainda necessito que essas pessoas me reconheçam como alguém que possui autoridade para tratar desses aspectos da cultura sem parecer que realizo um discurso absolutista. Meu lugar de fala está longe de estar constituído, embora o modo como exerço a minha condição seja por si só, em Angola, uma marca identitária de diferença. Entretanto, em um país que teve sua economia devastada por sucessivas guerras, reivindicar políticas públicas mais vigorosas para a educação que permitam acesso de qualidade à escola é algo que se pode fazer sem infringir os limites que precariamente constituem nossa convivência.

Isso me faz permanentemente lembrar que os estudos feitos sobre a arte e a literatura de países africanos ainda dizem mais sobre a nossa própria condição histórica de país escravocrata do que sobre o que está secularmente posto além-mar, na história da África. E acrescentar novos dados a essa visão exige uma tomada de posição, uma implicação do próprio corpo; não apenas pensante, mas sobretudo afetado pela experiência do vivido. Em maio e junho, apenas as crianças estão na praia, devido à água do mar ainda estar bastante gelada. As crianças parecem não se importar. Também não se importam de ser fotografadas. Ao contrário, a todo momento, sou interpelada. O que muda, na passagem do tempo, que transforma essa proximidade das crianças em distanciamento das mulheres? Embora seja fácil deduzir, tenho me dedicado a essas perguntas aparentemente desimportantes como modo de me manter alerta para não carregar o fardo das respostas prontas.

REFERÊNCIAS

IGNOTOFSKY, Rachel. **As cientistas**: cinquenta mulheres que mudaram o mundo. Trad. S. Augusto. São Paulo: Blucher, 2017.

RIBEIRO, Djamila. **O que é lugar de fala?**. Belo Horizonte: Letramento, 2017.

SOUZA, Duda Porto de; CARARO, Aryane. **Extraordinárias**: mulheres que revolucionaram o Brasil. São Paulo: Seguinte, 2017.

THOMÉ, Débora. **50 brasileiras incríveis para conhecer antes de crescer**. Rio de Janeiro: Galera, 2017.

WOOLF, Virginia. Mulheres e ficção. In: WOOLF, Virginia. **O valor do riso e outros ensaios**. Trad. L. Fróes. São Paulo: Cosac Naify, 2014.

Recebido em: 04/07/2019

Aprovado em: 19/07/2019

CADERNOS
C I M E A C